

# Resolução de Questões

## Concurso de Juiz Federal Substituto – TRF/1ª REGIÃO

**Daniela Portugal**

**Advogada criminalista e Professora de Direito Penal**



***Fanpage do Facebook: Daniela Portugal***

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## QUESTÃO 1

No que concerne à teoria geral do crime, assinale a opção correta.

- A) O fato de o agente estar sendo vigiado por fiscal de estabelecimento comercial, assim como a existência de sistema eletrônico de vigilância, impede de forma completamente eficaz a consumação do delito pretendido, de modo a se reconhecer caracterizado crime impossível, pela absoluta eficácia dos meios empregados.
- B) Em relação à punibilidade do chamado crime impossível, adota-se no CP a teoria sintomática, segundo a qual só haverá **crime impossível** quando a ineficácia do meio e a impropriedade do objeto jurídico forem absolutas; sendo elas relativas, fica caracterizada a tentativa.
- C) Quanto à punição na **modalidade tentada** de crime, adota-se no CP a teoria subjetiva, segundo a qual a tentativa, por produzir mal menor, deve ser punida de forma mais branda que o crime consumado, reduzindo-se de um a dois terços a pena prevista.
- D) Não se admite **desistência voluntária** em relação à prática de delito unissubsistente, admitindo-se arrependimento eficaz apenas com relação à prática de crimes materiais. Para beneficiar-se dessas espécies de tentativa qualificada, que, por si só, não beneficiam os partícipes, o agente deve agir de forma voluntária, mas não necessariamente de forma espontânea.
- E) Segundo a jurisprudência do STJ, tratando-se de delito de apropriação indébita, a devolução da coisa que não seja de pequeno valor, desde que antes do recebimento da denúncia, afasta o dolo, ainda que haja controvérsia sobre a existência de devolução parcial, não devendo tal fato ser considerado como mero arrependimento posterior.

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

**Crime impossível** (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

OUTRAS DENOMINAÇÕES: quase-crime, tentativa inadequada ou inidônea.

CRIME IMPOSSÍVEL X DELITO PUTATIVO

**TEORIAS:**

**teoria sintomática** – o simples agir é sintoma de periculosidade, merecendo ser punido, ainda que o crime se mostre impossível de ser consumado;

**teoria subjetiva** – há vontade consciente de praticar o delito, punindo-se a tentativa

**teoria objetiva** – a execução deve ser idônea. Esta teoria divide-se em duas:

- 1) **objetiva pura** - não há tentativa, mesmo que a inidoneidade seja relativa;
- 2) **objetiva temperada** - Se relativa a inidoneidade, haverá tentativa. (CÓDIGO PENAL)

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

Art. 14 - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

**Crime consumado** (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

**Tentativa** (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

**Pena de tentativa**(Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.(Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

## TEORIAS SOBRE A PUNIBILIDADE DA TENTATIVA.

**a) Teoria subjetiva, voluntarística ou monista:** O sujeito é punido pela intenção (desvalor da ação)

**b) Teoria sintomática:** (Ferri, Lombroso e Garofalo) sustenta a punição em razão da periculosidade objetiva, permitindo-se, inclusive, a punição de atos preparatórios.

**c) Teoria objetiva, realística ou dualista:** a tentativa é punida em face do perigo proporcionado ao bem jurídico tutelado pela lei penal (desvalor da ação e desvalor do resultado)

**d) Teoria da impressão ou objetivo-subjetiva:** Pune-se a tentativa somente quando o ato fere o sentimento de segurança jurídica, abalando a confiança na vigência do ordenamento normativo.

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## NÃO ADMITEM TENTATIVA:

**Crimes culposos** - aqui o agente não quer o resultado (entendem alguns possível na culpa imprópria)

**Crimes preterdolosos** - não se admite a tentativa quando não se consuma o resultado (culposos) (todavia ainda caberá falar em tentativa quanto à conduta antecedente, ex: tentativa de aborto com pena aumentada pelo resultado morte, (art. 126 c/c. o art. 127, ambos do CP).

**Crimes omissivos próprios** - o crime consuma-se automaticamente com a omissão.

**Contravenções** penais - o artigo 4 da LCP preceitua ser impunível a tentativa de contravenção.

**Crimes de atentado** – tentativa punida com a mesma pena do delito consumado (visão equivocada: o que não se aplica é a causa de diminuição de pena).

### **Evasão mediante violência contra a pessoa**

Art. 352 - Evadir-se ou tentar evadir-se o preso ou o indivíduo submetido a medida de segurança detentiva, usando de violência contra a pessoa:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da pena correspondente à violência.

**Crimes habituais** - tipificando a lei reiteração de atos, não ocorrendo, o fato será atípico.

### **Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica**

Art. 282 - Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

**Crimes unissubsistentes** - consuma-se com apenas um único ato.

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ:

**Desistência voluntária e arrependimento eficaz**(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 15 - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

**Arrependimento posterior**(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA, TENTATIVA QUALIFICADA OU ABANDONADA: o agente, voluntariamente, abandona seu intento durante a realização dos atos executórios (exige-se voluntariedade, não espontaneidade)

ARREPENDIMENTO EFICAZ: pós serem esgotados todos os atos de execução, o agente se arrepende, conseguindo impedir o resultado)

OBS: ARREPENDIMENTO EFICAZ X CRIMES FORMAIS/DE CONSUMAÇÃO ANTECIPADA

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## QUESTÃO 2

Em relação a concurso de crimes, concurso de agentes, relação de causalidade, tipo penal e ilicitude, assinale a opção correta à luz da doutrina e da jurisprudência.

A) Na terceira fase de sua aplicação, a pena deve ser proporcional à quantidade de causas de aumento da pena, de forma que, na hipótese de existência de apenas uma causa, como a quantidade excessiva de agentes no delito de roubo, a fração de aumento deve ser fixada no mínimo legal.

B) Considere que, durante uma festividade de formatura, determinado formando que ingerira substância psicotrópica tenha sido jogado por colegas não identificados dentro da piscina do local onde se realizava a festa, tendo falecido por afogamento. Nessa situação, não se exige a descrição minuciosa da participação de cada suspeito, podendo os membros da comissão de formatura responder pelo resultado morte.

C) No caso de o agente ser reincidente, não se aplica o **princípio da insignificância** para o reconhecimento da atipicidade material da conduta delituosa, pois deve-se evitar a fragmentação do delito em condutas que, isoladamente, sejam objetivamente insignificantes, mas que, analisadas em conjunto, fragilizem a segurança do ordenamento jurídico.

D) No CP, adota-se a **teoria unitária ou monista objetiva em relação ao estado de necessidade**, situação na qual se encontra pessoa que não pode razoavelmente salvar um bem, interesse ou direito senão pela prática de ato que, em circunstâncias outras, seria delituoso.

E) No que tange ao crime continuado, para efeitos de aplicação da pena, adota-se no CP a teoria da unidade real; tratando-se de concurso de crimes, as penas de multa devem ser aplicadas distinta e integralmente.

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

Para ser utilizado, faz-se necessária a presença de certos requisitos, tais como:

- (a) a mínima ofensividade da conduta do agente,
- (b) a nenhuma periculosidade social da ação,
- (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento
- (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada (exemplo: o furto de algo de baixo valor).

“Agravamento regimental em habeas corpus. 2. Decisão monocrática do STJ. Ausência de interposição de agravo regimental. Não exaurimento da jurisdição e inobservância ao princípio da colegialidade. Precedentes. 3. Tentativa de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo à subtração da coisa. Pedido de aplicação do princípio da insignificância. 4. Furto qualificado. Maior desvalor da conduta. 5. Reincidência do acusado. **Precedentes no sentido de afastar o princípio da insignificância a reincidentes ou de habitualidade delitiva comprovada**. 6. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 7. Agravo regimental a que se nega provimento”. (STF, HC 126342 AgR / SP - SÃO PAULO, DJe-059 DIVULG 25-03-2015)

“Recurso ordinário em habeas corpus. 2. Furto simples (artigo 155, caput, do CP). Bens de pequeno valor (três frascos de desodorante, avaliados em R\$ 30,00 e restituídos à vítima). **Registro de antecedentes criminais (duas condenações transitadas em julgado por roubo majorado)**. Condenação à pena de 1 ano e 4 meses de reclusão. Cumprimento da pena de 5 meses de reclusão. 3. **Aplicação do princípio da bagatela. Possibilidade**. Precedentes. Peculiaridades do caso. 4. Reconhecida a atipicidade da conduta. Recurso provido para trancar a ação penal na origem, ante a aplicação do princípio da insignificância”. (STF, RHC 113773 / MG - MINAS GERAIS, DJe-238 DIVULG 03-12-2013)



# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## ESTADO DE NECESSIDADE

Art. 24 - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º - Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º - Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

TEORIA DIFERENCIADORA (Alemanha, Espanha, CPM brasileiro): estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante

TEORIA UNITÁRIA (CP brasileiro): estado de necessidade justificante.

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## CRIME CONTINUADO

Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

### **Multas no concurso de crimes**

Art. 72 - No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

TEORIA DA FICÇÃO JURÍDICA: Para efeito da aplicação da pena acolheu-se a teoria da ficção (os vários crimes perdem sua identidade, compondo infração penal única).

OBS: ZAFFARONI E PIERANGELI “CONCURSO MATERIAL ATENUADO” OU “FALSO CRIME CONTINUADO”

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## QUESTÃO 3

Com referência aos crimes contra a pessoa, o patrimônio e a propriedade imaterial e aos crimes de manipulação genética, assinale a opção correta.

- A) Os crimes contra as patentes só se configuram quando a violação atinge todas as reivindicações da patente, não sendo típica, tampouco, a conduta que se restrinja à utilização de meios equivalentes ao seu objeto.
- B) Agente que libere na natureza OGM sem autorização dos órgãos competentes responderá, em concurso formal, pela prática de delitos previstos na Lei de Biossegurança e na Lei dos Crimes Ambientais se a conduta resultar em dano ao ambiente.
- C) O critério para a fixação do percentual previsto no art. 14, II, do CP (que trata da tentativa), inclusive quanto ao homicídio, baseia-se apenas no quantum percorrido do iter criminis, de forma que a diminuição da pena será menor se o agente tiver ficado próximo da consumação do delito.
- D) De acordo com iterativa jurisprudência do STJ, a presença de mais de uma circunstância de aumento da pena no crime de roubo é causa obrigatória de majoração da punição em percentual acima do mínimo legalmente previsto, independentemente da constatação de outras particularidades do caso.
- E) O comércio de cópias grosseiras de CDs e DVDs em centros urbanos, para o sustento próprio do agente e de sua família, impõe a aplicação dos princípios da insignificância e da adequação social e conduz à atipicidade da conduta, em tese violadora de tipo penal protetivo da propriedade imaterial.

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## PATENTES

(LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial)

### TÍTULO V DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INDUSTRIAL

#### CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA AS PATENTES

Art. 183. Comete crime contra patente de invenção ou de modelo de utilidade quem:

I - fabrica produto que seja objeto de patente de invenção ou de modelo de utilidade, sem autorização do titular; ou

**II - usa meio ou processo que seja objeto de patente de invenção, sem autorização do titular.**

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

BENS JURÍDICOS TUTELADOS NA LEI 9.279/96: patentes (arts. 183 a 186), desenhos industriais (arts. 187 e 188), marcas (arts. 189 e 190), indicação geográfica (arts. 192 a 194), combate à concorrência desleal (art. 195).

#### PATENTE:

Art. 6º Ao autor de invenção ou modelo de utilidade será assegurado o direito de obter a patente que lhe garanta a propriedade, nas condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

Art. 9º É patenteável como modelo de utilidade o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## OGM

### (LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005. LEI DE BIOSSEGURANÇA)

Art. 1º Esta Lei estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de **organismos geneticamente modificados – OGM** e seus derivados, tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente.

Art. 27. Liberar ou descartar OGM no meio ambiente, em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio e pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

CRIMINAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LIBERAÇÃO DE **ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO** NO MEIO AMBIENTE. SEMENTES DE SOJA TRANSGÊNICA. FALTA DE AUTORIZAÇÃO DA CNTBio. EVENTUAIS EFEITOS **AMBIENTAIS** QUE NÃO SE RESTRINGEM AO ÂMBITO DE ESTADOS DA FEDERAÇÃO INDIVIDUALMENTE CONSIDERADOS. POSSIBILIDADE DE CONSEQUÊNCIAS À SAÚDE PÚBLICA. INTERESSE DA UNIÃO NO CONTROLE E REGULAMENTAÇÃO DO MANEJO DE SEMENTES DE **OGM**. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

(...) Cuidando-se de conduta de liberação, no meio ambiente, de **organismo geneticamente modificado** – sementes de soja transgênica – em desacordo com as normas estabelecidas pelo Órgão competente, caracteriza-se, em tese, o **crime** descrito no art. 13, inc. V, da Lei de Biossegurança, que regula manipulação de materiais referentes à Biotecnologia e à Engenharia Genética. Os eventuais efeitos **ambientais** decorrentes da liberação de **organismos geneticamente modificados** não se restringem ao âmbito dos Estados da Federação em que efetivamente ocorre o plantio ou descarte, sendo que seu uso indiscriminado pode acarretar consequências a direitos difusos, tais como a saúde pública. Evidenciado o interesse da União no controle e regulamentação do manejo de sementes de soja transgênica, inafastável a competência da Justiça Federal para o julgamento do feito. Conflito conhecido para declarar a competência ao Juízo Federal da Vara Criminal de Passo Fundo, SJ/RS, o Suscitado. (STJ, CC 41301 / RS, DJ 17/05/2004 p. 104)

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## CDS E DVDS PIRATAS

SUM. 502, STJ (29/10/2013), “Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, § 2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas”.

### Violação de direito autoral

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: (Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003)

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. (Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003)

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente: (Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003)

**§ 2º Na mesma pena do § 1º incorre quem, com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente. (Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003)**

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## QUESTÃO 4

A respeito dos crimes contra o ambiente, a ordem econômica e o sistema de estoques de combustíveis, assinale a opção correta.

A) O delito ambiental consistente em instalar, sem licença dos órgãos ambientais competentes, em qualquer parte do território nacional, **estabelecimento potencialmente poluidor** só se configura se a poluição gerada tiver potencial de, ao menos, causar danos à saúde humana.

B) O **crime contra a ordem econômica** consistente em revender derivados de petróleo em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei é norma penal em branco em sentido amplo, porque exige complementação mediante lei formal, não sendo, portanto, admitida tal complementação apenas por normas administrativas infralegais.

C) Assim como ocorre nos delitos materiais contra a ordem tributária, a **pendência de procedimento administrativo** é óbice para o ajuizamento de ação penal referente a crime contra a ordem econômica, tal como o de comercialização de combustível fora das especificações da Agência Nacional de Petróleo.

D) O conflito aparente de normas referentes ao delito ambiental de extração de recursos minerais sem a competente autorização e ao previsto na Lei n.º 8.176/1991, relativo à exploração, sem autorização legal, de matéria-prima pertencente à União, resolve-se pelo princípio da consunção, uma vez que as figuras típicas tutelam o mesmo bem jurídico.

E) Consoante a jurisprudência do STJ, a necessidade de **dupla imputação** nos crimes ambientais tem como fundamento o princípio da indivisibilidade, o qual se aplica, por exceção, nessa hipótese, e por não se admitir responsabilização penal da pessoa jurídica dissociada da pessoa física.

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## CRIMES AMBIENTAIS - LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

Art. 60. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços **potencialmente poluidores**, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.



# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## ORDEM ECONÔMICA E SISTEMA DE COMBUSTÍVEIS - LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991.

Art. 1º Constitui crime contra a ordem econômica:

I - adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico, hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei;

II - usar gás liquefeito de petróleo em motores de qualquer espécie, saunas, caldeiras e aquecimento de piscinas, ou para fins automotivos, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei.

Pena: detenção de um a cinco anos.

## NORMA PENAL EM BRANCO HOMOGÊNEA/IMPRÓPRIA X HETEROGÊNEA/PRÓPRIA

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## Súmula Vinculante 24, STF

Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.

“CRIMINAL. RHC. **CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA**. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. ENCERRAMENTO DE **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO-EVIDENCIADA. RECURSO DESPROVIDO. Hipótese na qual o paciente foi denunciado pela prática de **crime** contra a **ordem econômica** e sustenta ausência de justa causa para a ação penal instaurada em razão da **pendência de procedimento administrativo** destinado a contestar o auto de infração emitido pela fiscalização realizada pela ANP - Agência Nacional de Petróleo. O encerramento do **procedimento administrativo** decorrente da autuação pelo órgão fiscalizador é irrelevante para a apresentação da denúncia, pois a configuração do **crime** em questão, em tese, está instrumentalizada pelo auto de infração expedido pela autoridade competente. A pendency de procedimento administrativo apresenta óbice para a propositura da ação penal somente nos casos de crime contra a ordem tributária, em que se discuta a própria existência ou o quantum do débito e, não, nos casos em que se trata de crime contra a ordem econômica. Não há que se falar em ausência de justa causa para a persecução penal em juízo, a qual só pode ser obstada quando restar evidenciada, de plano, a atipicidade do fato, a ausência de indícios e fundamentos da acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade, hipóteses não verificadas na presente caso. Recurso desprovido”. (STJ, RHC 19911 / MG, DJ 23/10/2006 p. 328)

# Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

## DUPLA IMPUTAÇÃO OU CONCURSO NECESSÁRIO

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE. ART. 38, DA LEI N.º 9.605/98. DENÚNCIA OFERECIDA SOMENTE CONTRA **PESSOA JURÍDICA**. ILEGALIDADE. RECURSO PROVIDO. PEDIDOS ALTERNATIVOS PREJUDICADOS. 1. Para a validade da tramitação de feito criminal em que se apura o cometimento de delito ambiental, na peça exordial devem ser denunciados tanto a **pessoa jurídica** como a **pessoa física** (sistema ou teoria da **dupla imputação**). Isso porque a responsabilização penal da **pessoa jurídica** não pode ser desassociada da **pessoa física** – quem pratica a conduta com elemento subjetivo próprio. 2. Oferecida denúncia somente contra a **pessoa jurídica**, falta pressuposto para que o processo-crime desenvolva-se corretamente. 3. Recurso ordinário provido, para declarar a inépcia da denúncia e trancar, consequentemente, o processo-crime instaurado contra a Empresa Recorrente, sem prejuízo de que seja oferecida outra exordial, válida. Pedidos alternativos prejudicados. (STJ, RMS 37293 / SP, DJe 09/05/2013)

EMENTA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PENAL. CRIME AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA. CONDICIONAMENTO DA AÇÃO PENAL À IDENTIFICAÇÃO E À PERSECUÇÃO CONCOMITANTE DA PESSOA FÍSICA QUE NÃO ENCONTRA AMPARO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1. O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação. (...) (STF, RE 548181 / PR – PARANÁ, PUBLIC 30-10-2014)

**OBS: PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE** - inerente à ação penal privada e consiste na necessidade de o querelante oferecer queixa contra todos os autores do fato, sob pena de extinção de punibilidade se houver renúncia com relação a algum deles.

## Juiz Federal Substituto TRF 2.<sup>a</sup> REGIÃO/2013

### QUESTÃO 5

Assinale a opção correta acerca da interpretação da lei penal.

- A) A interpretação extensiva é admitida em direito penal para estender o sentido e o alcance da norma até que se atinja sua real acepção.
- B) A interpretação analógica não é admitida em direito penal porque prejudica o réu.
- C) A interpretação teleológica consiste em extrair o sentido e o alcance da norma de acordo com a posição da palavra na estrutura do texto legal.
- D) A analogia penal permite ao juiz atuar para suprir a lacuna da lei, desde que isso favoreça o réu.
- E) A interpretação judicial da lei penal se manifesta na edição de súmulas vinculantes editadas pelos tribunais.

# Juiz Federal Substituto TRF 2.<sup>a</sup> REGIÃO/2013

## INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO SUJEITO

A) Autêntica ou legal – Força de lei. Emana do próprio órgão encarregado da elaboração do texto legal. Ex. expressão *casa*, no crime de violação de domicílio (Código Penal, art. 150, § 4º); o conceito de *funcionário público*, para os efeitos penais (art. 327, §§ 1º e 2º)

- a) *contextual*, quando feita no bojo do próprio texto interpretado
- b) *não contextual* ou *posterior*, quando feita por outra lei de edição posterior.

B) Judicial ou jurisprudencial – Não é fonte do Direito. Auxílio e apoio ao hermenêuta ou operador jurídico. É aquela dada pelos tribunais, mediante a reiteração de seus julgamentos.

OBS: jurisprudência x súmula

C) Doutrinária - Auxílio e apoio ao hermenêuta ou operador jurídico

# Juiz Federal Substituto TRF 2.<sup>a</sup> REGIÃO/2013

## INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO MODO

### A) Interpretação gramatical

Também chamada de *literal* ou *sintática*, é aquela fundada nas regras gramáticas, levando em consideração o sentido literal das palavras.

### B) Interpretação lógica

Igualmente chamada *teleológica*, é aquela que procura descobrir a vontade do legislador, assim como a finalidade com a qual a lei foi editada.

# Juiz Federal Substituto TRF 2.<sup>a</sup> REGIÃO/2013

## INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO RESULTADO

A) Interpretação declarativa

É aquela que dá à lei o seu sentido literal, sem extensão nem restrição, correspondendo exatamente ao intuito do legislador.

B) Interpretação restritiva

É aquela que, concluindo ter dito mais do que queria o legislador, restringe seu sentido.

C) Interpretação extensiva

É aquela que, concluindo ter a lei dito menos que queria o legislador, estende seu sentido para que corresponda ao da norma.

# Juiz Federal Substituto – TRF 2.ª REGIÃO/2013

## QUESTÃO 6

Assinale a opção correta acerca da classificação dos crimes, da ação penal, dos crimes contra a organização do trabalho e do crime de lavagem de dinheiro.

- A) Classifica-se pela doutrina como de forma livre o crime de **curandeirismo** por se admitir que ele seja cometido por meio de qualquer comportamento que cause o resultado jurídico previsto em lei.
- B) O crime de **lavagem de dinheiro**, ao contrário da receptação, não é autônomo porque não prescinde do processo e do julgamento da infração penal antecedente.
- C) Será pública e condicionada à representação a ação penal movida contra o agente que vier a subtrair do **tio** dois mil reais guardados no armário da cozinha da casa onde ambos residam. Nessa hipótese, o agente não poderá beneficiar-se da isenção de pena.
- D) Se, durante período de greve, três indivíduos grevistas apedrejarem **um ônibus de uma empresa prestadora de serviço público**, de modo a impedir que esse serviço seja prestado, tal fato tipificará o crime de dano qualificado, por envolver empresa concessionária de serviço público.
- E) O crime de **aliciar trabalhadores** de um local para outro do território nacional é plurissubjetivo porque só se o tipifica se houver pelo menos dois trabalhadores, uma vez que a lei prevê o termo trabalhadores e não, apenas trabalhador.



# Juiz Federal Substituto – TRF 2.<sup>a</sup> REGIÃO/2013

## **Curandeirismo**

Art. 284 - Exercer o curandeirismo:

I - prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;

II - usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;

III - fazendo diagnósticos:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

“Enquanto o exercente ilegal da medicina tem conhecimentos médicos, embora não esteja devidamente habilitado para praticar a arte de curar, e o charlatão pode ser o próprio médico que abastarda sua profissão com falsas promessas de cura, o curandeiro (carimbamba, mezinheiro, raizeiro) é o ignorante chapado, sem elementares conhecimentos da medicina, que se arvora em debelador dos males corpóreos” (NELSON HUNGRIA)

## Juiz Federal Substituto – TRF 2.ª REGIÃO/2013

LAVAGEM (9.613/98)

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal. (Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012)

Art. 2º O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei:

I – obedecem às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da competência do juiz singular;

**II - independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos nesta Lei a decisão sobre a unidade de processo e julgamento;** [\(Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012\)](#)

III - são da competência da Justiça Federal:

a) quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;

b) quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal. [\(Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012\)](#)

# Juiz Federal Substituto – TRF 2.<sup>a</sup> REGIÃO/2013

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E IMUNIDADES

Art. 181 - É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo: (Vide Lei nº 10.741, de 2003)

I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;

II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

**Art. 182 - Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo:** (Vide Lei nº 10.741, de 2003)

I - do cônjuge desquitado ou judicialmente separado;

II - de irmão, legítimo ou ilegítimo;

**III - de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.**

Art. 183 - Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores:

I - se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa;

II - ao estranho que participa do crime.

III - se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. (Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003)

# Juiz Federal Substituto – TRF 2.ª REGIÃO/2013

## DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

### **Atentado contra a segurança de outro meio de transporte**

Art. 262 - Expor a perigo outro meio de transporte público, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento:

Pena - detenção, de um a dois anos.

§ 1º - Se do fato resulta desastre, a pena é de reclusão, de dois a cinco anos.

§ 2º - No caso de culpa, se ocorre desastre:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

ELEMENTOS: *outro meio de transporte público*, são excluídos os meios já tratados nos dois dispositivos anteriores (restando o rodoviário - *ônibus, táxi* etc - e o lacustre).

### **Dano**

Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

### **Dano qualificado**

Parágrafo único - Se o crime é cometido:

I - com violência à pessoa ou grave ameaça;

II - com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave

III - contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista;

(Redação dada pela Lei nº 5.346, de 3.11.1967)

IV - por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

# Juiz Federal Substituto – TRF 2.ª REGIÃO/2013

## **Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional**

Art. 207 - Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Pena - detenção de um a três anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.777, de 1998)

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998)

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998)

**Consuma-se o delito com o recrutamento ou aliciamento, independentemente da ida efetiva dos trabalhadores ao local pretendido pelo agente ou o pagamento da quantia. A tentativa, em se tratando de crime plurissubsistente, é admissível.**

Sujeito Ativo: Qualquer pessoa (crime comum).

Sujeito Passivo: Será o Estado. Secundariamente, podem figurar como vítimas os trabalhadores aliciados.